

Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2005/2007, foi empossada no último dia 30 de novembro. Após a solenidade, os professores confraternizaram-se durante Coquetel, no Quiosque da ADUR-RJ. *Páginas 2 e 3*



MEC divulga o Projeto de Lei sobre o reajuste docente. Até o fechamento desta edição, o PL não havia sido votado pelo Congresso Nacional. *Páginas 11 e 12*

Leia nesta edição:

MEC e SINASEFE entram em acordo e a greve dos professores e técnicos de 1º e 2º graus foi suspensa
Página 7

ANDES-SN divulga considerações sobre o Projeto de Lei
Páginas 12 a 15

Entrevista com Marina Barbosa Pinto, Presidente do ANDES-SN
Páginas 15 e 16

FELIZ 2006

Desejamos aos associados e amigos da ADUR-RJ, assim como a toda a comunidade universitária, um Feliz Natal e um novo ano de realizações e boas surpresas!

POSSE DA DIRETORIA DA ADUR-RJ, BIÊNIO 2005/2007

Assembléia de Posse da nova Diretoria da ADUR-RJ reúne comunidade universitária da UFRRJ

No último dia 30 de novembro, a Diretoria da ADUR-RJ e o Conselho de Representantes foram empossados para o exercício do cargo. As eleições ocorreram em 28 e 29 de novembro, contando com a participação de 156 professores, dos quais 146 legitimaram a chapa "Autonomia e Luta" para administrar a ADUR-RJ, nos próximos dois anos.

Nesta mesma ocasião, ocorreu a eleição para o Conselho de Representantes. As duas chapas que concorreram pelos Institutos foram eleitas, sendo que aquela que obteve o maior número de votos terá um mandato de dois anos, enquanto a que obteve menor votação ocupará o cargo por um ano. Nos Institutos onde apenas uma chapa se inscreveu, seus representantes terão um mandato de três anos.



A assembléia de posse

A solenidade de posse foi conduzida pelo Prof. Orlando Marques da Costa (IB), ex-diretor da ADUR-RJ (biênios 1991/1993 e 2003/2005) e contou com a presença da comunidade universitária, incluindo representantes da administração superior, do SINTUR, do DCE, dos Departamentos e Institutos da Universidade e do Banco do Brasil.

O Reitor da UFRRJ, Prof. Ricardo Motta Miranda; os ex-diretores da ADUR (biênio 2003/2005), Prof. Luis Mauro S. Magalhães, Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e Profa. Maria Teresa C. da Cunha; a técnica-administrativa e coordenadora geral do SINTUR, Ivanilda Oliveira S. Reis; o representante do DCE, Marcelo de Souza Grade e os novos Diretores da Associação de Docentes estiveram à mesa. O representante da Regional Rio do ANDES-SN, Prof. Wilson Paes Macedo, e o Prof. João Frederico Meyer, do Instituto de Matemática e Estatística da Unicamp, também compuseram à mesa da assembléia de posse. O Prof. Adivaldo Henrique da Fonseca (1º Secretário) não pôde comparecer ao evento devido participação, previamente agendada, em congresso acadêmico.

Inicialmente, os professores Luis Mauro Magalhães, Rosane Oliveira e Maria Teresa da Cunha, representando todos os diretores da gestão 2003/2005, enfatizaram que a história da ADUR-RJ está calcada nos pilares da autonomia, da democracia e da combatividade, construídos ao longo dos últimos 25 anos. Os professores ressaltaram a especificidade do momento em que a nova Diretoria foi eleita, já que os docentes da UFRRJ estão em greve desde o último dia 6 de outubro.

Uma vez empossada, a Profa. Lenir L. Furtado Aguiar, Presidente da Diretoria 2005/2007, leu o discurso de posse, enfatizando a necessidade de se resgatar o espírito associativo da ADUR-RJ, sendo a sede a entidade um espaço de convivência e trocas de experiências entre os professores. A Presidente traçou um breve paralelo com as idéias do escritor Ítalo Calvino a partir do livro "Seis Propostas para o



Próximo Milênio", dialogando com os princípios apresentados pelo autor – leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência. Segundo a Profa. Lenir Furtado, esses princípios podem estar presentes no cotidiano da associação, que não vai desamparar a categoria na luta pelos seus direitos.

A Presidente destacou a atual conjuntura de greve e os principais debates do movimento docente nos últimos anos. Entre eles estão a carreira docente e o reajuste salarial, a paridade entre ativos e aposentados, a isonomia salarial, a defesa da Universidade pública e o papel das instituições federais no sistema de ensino superior do país.

A Profa. Lenir Furtado ressaltou que nada é absoluto, impassível de ser modificado. Citando Karl Marx, afirmou que "o problema não está em interpretar a realidade, mas em transformá-la".

O Prof. Lenício Gonçalves, primeiro vice-presidente da ADUR, também ressaltou, durante o discurso que proferiu, a necessidade de se perseverar na luta por um ensino público de qualidade. Segundo o Prof. Lenício, é preciso estarmos atentos às transformações advindas com o fenômeno da Globalização, que impôs novos desafios à classe trabalhadora.

O primeiro vice-presidente da ADUR reafirmou seu amor e respeito pela entidade, destacando que a ADUR é fruto da coletividade, da participação e união dos professores.

O Reitor Ricardo Motta Miranda, que integrou a diretoria da ADUR-RJ durante o biênio 1981/1983, reforçou a importância da luta histórica da entidade em prol do ensino público, gratuito, de qualidade. Ele também enfatizou a conjuntura de greve na Universidade Rural, destacando os desafios que a nova Diretoria da ADUR terá que enfrentar. O Reitor também parabenizou a Diretoria anterior da entidade pelo trabalho realizado nos últimos anos.

A representante do SINTUR e o Presidente do DCE parabenizaram a chapa AUTONOMIA E LUTA, salientando o grande valor de se defender os trabalhadores, e se lutar pela dignificação do ensino e do trabalho público. O mesmo foi feito pelos Professores João Frederico Meyer, da Unicamp, e Wilson Paes Macedo (docente aposentado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

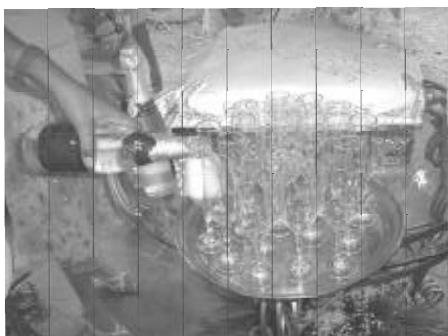
O Prof. Wilson Macedo afirmou que todos devem estar conscientes de que a luta pelos direitos dos trabalhadores incluem os profissionais em exercício e também os aposentados. Ele disse que não é inativo, pois continua atuante e militando na luta em defesa da categoria – seja daqueles em exercício, seja daqueles que já se aposentaram e que costumam ser preteridos pelos governos, como se não tivessem contribuído e não mais pudessem colaborar com a sociedade.

Após a solenidade de posse, o mestre de cerimônias, Prof. Orlando Marques, convidou os presentes para um animado coquetel de confraternização no Quiosque da ADUR.



Resultado eleições para a Diretoria da ADUR-RJ:

- Total de votantes: 156
- Votos sim: 146
- Votos não: 09
- Voto nulo: 01
- Voto branco: 00



Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2005/2007

Presidente: Lenir Lemos Furtado Aguiar (IB)
1º Vice-Presidente: Lenício Gonçalves (IB)
2º Vice-Presidente: Celia Regina Otranto (IE)
1º Secretário: Aivaldo Henrique da Fonseca (IV)
2º Secretário: Dari Cesarin Sobrinho (ICE)
1º Tesoureiro: Francisco de Assis da Silva (ICE)
2º Tesoureiro: Delson Lima Filho (IT)



CONSELHO DE REPRESENTANTES BIÊNIO 2005/2007

MANDATO DE 1 ANO			MANDATO DE 2 ANOS			LEGENDAS
INST.	T/S	NOME	INST	T/S	NOME	
IA	T	Alex Rosa Nummer	IA	T	Mânlio Silvestre Fernades	INST.=INSTITUTO T=TITULAR S=SUPLENTE
	S	Soraya Almeida		S	Maria Hilde de Barros Góes	
IB	T	Joecildo Francisco Rocha	IB	T	Orlando Marques da Costa	IA = AGRONOMIA IB= BIOLOGIA
	S	Wellington da Silva Cortes		S	Maria Mercedes Teixeira da Rosa	
ICE	T	Maria Teresa Carneiro da Cunha	ICE	T	Rosane Ferreira de Oliveira	ICE = CIENCIAS EXATAS
	S	Silas Varela Fraiss		S	Julio Hokama	
ICHS	T	Margareth de Almeida Gonçalves	ICHS	T	Elisa Guaraná	ICHS = C. SOCIAIS E HUMANAS
	S	Luis Edmundo Souza Moraes		S	Luciana Amorim Nóbrega	
IE	T	Lucilia Augusto Lino de Paula	IE	T	Ana Cristina Souza dos Santos	IE = EDUCAÇÃO
	S	Adail Castro Filho		S	Lia Maria Teixeira de Oliveira	
IF	T	Luis Mauro Sampaio Magalhães	IF	T	Carlos Rodrigues Pereira	IF = FLORESTA
	S	Edvá Oliveira Brito		S	Jarbas Marçal de Queiróz	
IT	T		IT	T	Wellington Mary	IT = TECNOLOGIA
	S			S	Fabio Ricardo Reis de Macedo	
IV	T	Odivan Deusdara Rodrigues	IV	T	Marcelo Elias Fraga	IV = VETERINÁRIA
	S	João Telhado Pereira		S	Sieberth Brito do Nascimento	
IZ	T		IZ	T	Fernando Curvello	IZ = ZOOLOGIA
	S			S	Carlos Elyσιο Moreira da Fonseca	
CTUR	T	Frederico José Falcão				CTUR = COLEGIO TÉCNICO
	S	Anivaldo Xavier de Souza				

Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2003/2005, se despede dos filiados e apresenta um breve relato das principais atividades desenvolvidas ao longo da gestão

Movimento docente, encaminhamentos e lutas:



Durante a gestão da Diretoria da ADUR, biênio 2003/2005, foram encaminhadas as lutas abraçadas pelos filiados da ADUR, pelo Movimento Docente e pelo ANDES-SN, incluindo as Campanhas Salariais de 2004 e 2005. Nos dois anos, o Setor das IFES decidiu pelo Movimento grevista, pela recomposição salarial e valorização do trabalho docente, dentre outras reivindicações.

De acordo também com as deliberações de nossos fóruns, a Diretoria deu andamento ao debate acerca das relações com a Central Única dos Trabalhadores, participando da decisão de rompimento com aquela Central, no 24º Congresso do ANDES, realizado em fevereiro/março, em Curitiba.

Sendo assim, também foram encaminhadas ações, no sentido de barrar as reformas Sindical, Trabalhista e do Ensino Superior – iniciativas governamentais que, se implementadas, trarão grandes prejuízos para os trabalhadores, para o Serviço Público e em especial para a Universidade. Foi mantida a organização e participação dos Grupos de Trabalho e Política Educacional, da Política e Função Sindical e Política Agrária, na ADUR-RJ e nas reuniões nacionais. Foram organizados eventos de divulgação e/ou debates acerca destes temas, com a participação da comunidade, contando, sempre que possível, com a contribuição de professores de outras instituições.

Ao longo de nossa gestão, mantivemos a organização de delegações, representando a ADUR-RJ, participando ativamente dos GT'S, CONAD'S e CONGRESSOS (23º e 24º) do ANDES-SN, bem como de reuniões e fóruns de movimentos sociais, como o CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas). O apoio e a solidariedade aos movimentos sociais se deram através da manifestação pública, presença nas mobilizações e amparo material, sempre que possível.

Organização e manutenção da entidade:



No que refere à estrutura e funcionamento da entidade, a Diretoria da ADUR, gestão 2003/2005, encaminhou as seguintes providências: (a) seleção e contratação de nova secretária, Lindaura Silva, devido à saída da Sra. Luzia; (b) seleção e contratação da assessora de imprensa, Aline Pereira; (c) atualização do equipamento de computação e reprografia; (d) atualização das condições ergométricas da sede, por meio de reordenação nas instalações de trabalho; (e) manutenção e reforma das instalações da sede; (f) intensificação e regularização da edição do *ADUR INFORMA*; (g) atualização de Contrato de Seguro da sede; (h) atualização da contabilidade da entidade.

Jurídico:

Durante esta gestão, também foram finalizadas as ações referentes às diferenças geradas pelos planos econômicos no pagamento do FGTS, do pagamento de 28,86% e das diferenças relativas à insalubridade.

Outras atividades relevantes:

Além destes encaminhamentos, outras atividades relevantes foram conduzidas pela Diretoria Gestão 2003/2005. Entre elas a realização da Semana Comemorativa dos 25 Anos da ADUR, no período de 24 a 27/05/2004; a organização e coordenação (junto com o DCE) da Consulta para indicação da Reitoria da UFRRJ (Gestão 2005/2009), que ocorreu em 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro (1º turno) e nos dias 08, 09 e 10 de dezembro (2º turno); acompanhamento e a negociação dos contratos de plano de saúde (UNIMED e GOLDEN CROSS), com a atuação da assessoria jurídica.



Assembléias Gerais Permanentes da ADUR-RJ

• AG 23/11

Em 23 de novembro, a Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ foi presidida pela Profa. Rosane Oliveira e secretariada pela Profa. Maria Teresa C. da Cunha. Após a aprovação da pauta da assembléia – (1) greve; (2) proposta de adiamento do vestibular; (3) outros assuntos – a mesa prestou alguns informes. O primeiro deles foi sobre o processo eleitoral para a diretoria da ADUR-RJ. A Profa. Maria Teresa da Cunha explicou que houve apenas uma chapa inscrita e divulgou o calendário eleitoral.

Posteriormente, a mesa atualizou ao plenário sobre os últimos acontecimentos em Brasília, que contemplam as atividades do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. O Prof. Luis Mauro Magalhães relatou algumas atividades da Caravana do ANDES-SN/ SINASEFE/ FASUBRA e dos movimentos estudantis à Brasília, realizada naquela semana; os encontros do CNG/ANDES-SN com parlamentares e a reunião do CNG/ANDES-SN com a ANDIFES – que diz não poder mais tentar intermediar as relações dos ANDES-SN com o governo. O mesmo professor informou que o ANDES-SN prepara um documento sobre a notícia publicada pelo jornal *O GLOBO*, em 21 de novembro, acerca da proposta do Deputado Paulo Delgado, de regulamentação das greves das universidades públicas brasileiras.

Após os informes, os professores passaram às avaliações acerca da greve, que contemplaram a atitude do governo de enviar o Projeto de Lei ao Congresso, a relação do Proifres com o MEC, a necessidade de mobilização docente para pressionar o governo, as condições de trabalho dos professores, a política econômica do atual governo e a proposta de adiamento do vestibular da Rural.

Depois das inúmeras avaliações acerca da atual conjuntura de greve, os professores deliberaram sobre os encaminhamentos propostos pelo ANDES-SN. Aprovaram, por maioria, a manutenção da greve na Rural e o não adiamento do vestibular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

• AG 28/11

Em 28 de novembro, os professores se reuniram em mais uma Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ, que teve como pauta: (1) greve; (2) assuntos gerais. A mesa foi presidida pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães e secretariada pela Profa. Maria Teresa C. da Cunha.

Após a aprovação da pauta da assembléia a mesa prestou alguns informes sobre a movimentação do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Relatou a reunião conjunta de representantes dos CNG's do Sindicato Nacional, do Sinasefe e da Fasubra com o Secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge, em 23 de novembro.

O Prof. Frederico Falcão informou que o CLG da ADUR e do SINTUR estiveram reunidos (o DCE não enviou representante na ocasião) para redigir uma nota conjunta acerca da greve atual dos docentes e técnico-administrativos da Rural.

Posteriormente, os professores passaram à avaliação do movimento da greve, refletindo sobre a atual correlação de forças entre o ANDES-SN e o governo e as demais entidades como a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

Após longo debate, os presentes deliberaram a favor da permanência da ADUR-RJ na greve das Universidades Públicas Brasileiras. Também aprovaram o envio de uma Moção de Repúdio ao governo, devido ao fato do CNG/ANDES-SN não poder participar das negociações, em conjunto com o SINASEFE.

Representantes da Diretoria lembraram, novamente, que a Associação de Docentes estava em processo eleitoral para a escolha dos novos Diretores da ADUR-RJ, e informaram que esta foi a última Assembléia presidida pela gestão 2003/2005.

• AG 05/12

A assembléia de 5 de dezembro foi presidida pela Profa. Lenir Furtado e secretariada pelo Prof. Francisco Assis da Silva, que contou com o auxílio do Prof. Dari Cesarin Sobrinho.

Inicialmente, a mesa informou aos presentes sobre a tentativa de arrombamento da sede da ADUR-RJ, ocorrida na madrugada de 1º de dezembro, e esclareceu que a Diretoria da associação já havia tomado as providências cabíveis junto a Reitoria e a Polícia Federal.

Após este esclarecimento, a mesa prestou alguns informes sobre as atividades do CNG/ANDES-SN em Brasília e leu a avaliação de conjuntura sobre a greve, apresentada pelo Sindicato Nacional. Discutiui-se novamente a participação do Proifres nas negociações com o governo, assim como os rumos do atual momento da greve. Os professores criticaram o fato do MEC ter negociado em separado com o ANDES-SN e o SINASEFE, procurando fragmentar o Movimento Docente.

Após ampla discussão os presentes deliberaram pela permanência na greve, ressaltando a necessidade de união da categoria neste momento em que o governo indica o envio de um Projeto de Lei ao Congresso.

Moção de Repúdio

Em Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ S. Sind, realizada em 28 de novembro de 2005, decidiu-se repudiar a forma pela qual o governo tem negociado as reivindicações dos professores do magistério superior e do ensino médio e fundamental.

Repudiamos o fato do governo insistir em dialogar em separado com representantes do ANDES-SN e do SINASEFE. O MEC, em atitude de total desrespeito ao Movimento, barrou mais uma vez a participação de representantes do ANDES-SN, horas após o Secretário Executivo do Ministério da Educação, Sr. Jairo Jorge, afirmar em reunião com os Comandos Nacionais de Greve do ANDES-SN, do SINASEFE e da FASUBRA, no último dia 23 de novembro, que esta participação estaria garantida.

Seropédica, 6 de dezembro de 2005.

Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ S. Sind
Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AG 08/12

A Assembléia de 8 de dezembro foi presidida pela Profa. Lenir Furtado e secretariada pelo Prof. Francisco de Assis da Silva. Inicialmente, a mesa leu a Moção de Repúdio divulgada pelo SINTUR, pela qual condenava os atos de vandalismos praticados contra a sede da ADUR no dia 1º de dezembro e prestava solidariedade ao Sindicato.

Posteriormente, os professores também foram informados sobre as atividades do CNG no Congresso Nacional e receberam uma cópia do Projeto de Lei, obtido pelo ANDES-SN no dia 7 de dezembro, e já disponibilizado na página eletrônica da ADUR-RJ, assim como receberam cópia do Comunicado Especial nº16 do CNG/ANDES-SN.

A Profa. Célia Otranto explicou cada item do PL apresentado pelo governo, destacando que este documento altera a estrutura da carreira do Magistério Superior, a partir da Lei nº 7596 de 10/04/1987, com a criação da classe de professor associado. Ela salientou os pontos mais importantes deste PL, ressaltando que o reajuste será diferenciado, a partir da titulação.

De acordo com a diretora da ADUR, houve um aumento de R\$ 150 milhões na proposta do MEC porque o governo reconheceu que os R\$ 500 milhões disponibilizados inicialmente não seriam suficientes para a aplicação do reajuste proposto pelo governo, conforme já havia sido demonstrado pelo CNG/ANDES-SN. O PL apresentado pelo MEC reafirma a proposta do governo de reajuste diferenciado, já refutada inúmeras vezes pela maioria das associações de docentes do ANDES-SN. Do mesmo modo, o PL não prevê a equiparação e incorporação da GED – ponto prioritário na pauta de reivindicações docente – mas apenas legítima e aprofunda a distorção salarial entre a categoria, já que fortalece esta gratificação.

Depois das explicações iniciais, o plenário pôde se manifestar, avaliando os prós e contras do Projeto de Lei do governo federal. Os professores se mostraram indignados com o PL, que já ele mantém as diferenças entre as carreiras de ensino médio, fundamental e superior. Além do mais, o governo diluiu o os efeitos financeiros para os docentes, já que o reajuste será concedido em três etapas: em janeiro de 2006, aumento por titulação; em maio, aumento de 5% no vencimento básico do professor titular; em julho, alteração na pontuação e nos valores da GED.

Após a avaliação dos presentes, foram aprovadas as seguintes deliberações: a) pela continuidade da greve; b) pelo encaminhamento ao CNG da discussão de saída unificada da greve; e c) a data da próxima assembléia da ADUR-RJ: 2ª feira, 12/12, às 13 horas.

Greve dos Técnico-Administrativos da UFFRJ chega ao fim. Em 5 de dezembro, categoria voltou às atividades

Após 110 dias de paralisação, a greve dos Servidores Técnico-Administrativos da UFFRJ (SINTUR) chegou ao fim. No último dia 1º de dezembro, durante assembléia da categoria, os funcionários decidiram acatar o encaminhamento da FASUBRA (Federação do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras) – que sugeriu uma rodada de assembléias, entre o período de 28 a 30 de novembro, para deliberarem sobre o final da greve nacional – e aprovaram o retorno ao trabalho a partir do dia 5 de dezembro.

Os servidores técnico-administrativos reivindicavam a implantação da segunda etapa do Plano de Carreira, envolvendo níveis de capacitação e incentivos ao aperfeiçoamento e à qualificação. Do mesmo modo, também estavam em pauta o reajuste linear de 18% para a categoria e a resolução imediata do Vencimento Básico Complementar (VCB).

O MEC sustentou o repasse de R\$ 250 milhões para implementação do Plano de Carreira dos trabalhadores a partir de abril ou maio do próximo ano – proposta final, esta proposta já tivesse sido rejeitada pelos Sindicatos –, contra o pedido da categoria: R\$ 320 milhões para o Plano de Carreira até janeiro de 2006 e outros R\$ 100 milhões para incorporação do VBC para servidores de qualquer de nível (apoio, médio ou superior).

De acordo com a Coordenadora Geral do SINTUR, Ivanilda Oliveira S. Reis, que também integrou o Comando Local de Mobilização do Sindicato, a greve pode ser considerada vitoriosa politicamente. A categoria conseguiu enfrentar o governo e a divisão dentro da FASUBRA, sustentando uma paralisação por mais de 100 dias:

“Não conseguimos conquistar todas as reivindicações em pauta, e além do embate com o governo, enfrentamos a divisão da Federação, onde alguns grupos políticos apóiam a atual administração federal. Dentro da Universidade, vivemos um momento difícil, já que deliberamos a favor da greve faltando poucos dias para o término do semestre. Entretanto, conquistamos apoio de alguns setores essenciais para o nosso movimento. A biblioteca, as oficinas e o bandeirão foram paralisados! Isso foi uma vitória! Participamos de várias atividades de greve e também estabelecemos contato com outras Universidades a partir do Comando Estadual de Greve. Resistimos. A greve ainda é o nosso instrumento de luta.”, avalia a Coordenadora Geral do SINTUR.

Compra da carência do Plano de Saúde da Unimed Costa Verde

Abaixo, apresentamos as regras estipuladas pela Unimed Costa Verde acerca da compra de carência de outros planos de saúde, encaminhadas a ADUR-RJ, por escrito, no último dia 28 de novembro. De acordo com o Gerente Comercial da Unimed Costa Verde, estas regras não são restritivas a ADUR, mas tangenciam a relação desta operadora com todos os outros clientes.

A Unimed Costa Verde compra a carência de outros planos de saúde, desde que sejam das seguintes operadoras: Amil, Golden Cross, Sulamérica, Bradesco, Dix, Assim, e de outras Unimed regionais. Para tanto, existe a idade limite de 55 (cinquenta e cinco) anos e a comprovação de mais de um ano de pagamento de mensalidades (“o prazo entre o último vencimento e a data da venda não pode ser superior a 45 dias. Para plano empresa, 15 dias da exclusão”). Caso não se identifique o tipo de acomodação do plano anterior ao da Unimed Costa Verde, a carência será aproveitada para o plano básico.

A Unimed Costa Verde informou também que, no caso de recém-nascido, a compra da carência está condicionada à inclusão da mãe ao plano de saúde.

Os documentos necessários para a compra da carência são: “declarações de boletos individuais somente da operadora de saúde e, no caso de planos empresariais, somente declaração da operadora de saúde ou declaração da empresa, junto com os devidos contracheques”.

Greve Nacional nas Universidades Públicas

MEC e SINASEFE entram e acordo: greve dos professores e técnicos de 1º e 2º graus foi suspensa

De acordo com informações divulgadas na página eletrônica do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), as negociações com o governo, no que se referem às expectativas dos professores e técnico-administrativos de 1º e 2º graus, avançaram e a categoria acordou em suspender a greve a partir de 2 de dezembro. Representantes do CONCEFET (Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica) e CONEAF (Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais) participaram da reunião, que contou com a presença do Ministro Fernando Haddad.

O editorial do boletim nº 37, de 26 de novembro de 2005, afirma que após 90 dias de greve, representantes do SINASEFE e do MEC, em reunião no dia 24 de novembro, o governo já enviou uma minuta de termo de compromisso e existe a possibilidade de que o documento seja assinado no dia 30 de novembro. Este documento foi referendado, com alterações, pela 70ª Plenária do SINASEFE, realizada nos dias 24 e 25 de novembro.

O SINASEFE informa que “pela proposta acordada com o MEC, o governo reservará no orçamento um montante de R\$ 140 milhões de reais para conceder o reajuste salarial e implementar a Classe Especial dos docentes de 1º e 2º graus. Desse total, R\$ 100 milhões serão destinados a reajustar o vencimento básico dos professores e o restante a ser aplicado na Classe Especial, que, conforme acordado na mesa, terá apenas um nível, com percentual de 18%, contemplando aos docentes a partir da titulação e do tempo de efetivo exercício no magistério federal; ou, seja, o que foi trabalhado nos últimos três anos entre MEC e SINASEFE”.

Segundo o boletim do SINASEFE, ainda existe uma extensa pauta de reivindicações a ser atendida, tanto para docentes como para técnico-administrativos. “O SINASEFE continuará lutando nos próximos 30 dias pela inclusão dos docentes aposentados (de 98 a 2005) na Classe Especial, além de manter a categoria atenta para as futuras lutas que teremos: a incorporação das gratificações, equiparação da GEAD com a GED, reestruturação da Carreira Docente, resolução do VBC, mudança do Step, elevação do piso, manutenção da paridade entre ativos e aposentados, realização de concurso público, plano de saúde para os servidores da educação, democratização nas IFEs, entre tantas outras reivindicações que sempre lutamos e que ainda não foram atingidas pela categoria”.

O ANDES-SN pronunciou-se acerca do assunto, no informe nº 41, de 29 de novembro, alegando que “tanto em 2004, quanto em 2005, os acordos para os professores da carreira de 1º e 2º graus viabilizam-se por se limitarem à disponibilidade de recursos feita pelo governo, enquanto que, para os professores do ensino superior fica faltando recursos”.

O Comando Nacional de Greve e as demais associações de docentes criticam o fato do governo ter conduzido as negociações em separado com o ANDES-SN e o SINASEFE. Neste ano, as duas entidades encaminharam a mesma pauta de reivindicações ao governo, e promoveram, conjuntamente, prioridades que foram se estabelecendo ao longo da greve. Entre essas prioridades estão a equiparação da GED e da GEAD – transformadas em uma única gratificação fixa e paritária –, reajuste de 18% no vencimento básico e a criação das classes especial e de professor associado. Estas propostas foram encaminhadas em reuniões separadas, devido a imposição do MEC, que excluiu o ANDES-SN das negociações com o SINASEFE, das quais não pode participar nem como observador.

Segundo o ANDES-SN, os diferentes resultados dificultam o caminho para a construção de uma carreira única, a partir do princípio da isonomia.

CNG/ANDES-SN denuncia arbitrariedades do MEC:

Em 29/11, o CNG/ANDES-SN solicitou, por meio de carta, a intervenção do Ministro e do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respectivamente Paulo Bernardo Silva e Sérgio Mendonça, em relação à conduta do MEC diante das negociações com os professores do ensino federal.

Os grevistas alegam que o MEC vem tomando atitudes arbitrárias nas negociações com os professores das instituições federais de ensino. A primeira delas, conforme descrito na carta, foi impedir que o ANDES-SN representasse cerca de oito mil professores dos 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior – que fazem parte da sua base nas negociações salariais. Uma outra denúncia é a participação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) nas negociações com o MEC. De acordo com o documento, as atitudes do MEC geram tensões desnecessárias, que precisam ser rapidamente revistas, “a fim de que possa ser recuperado o diálogo entre o ANDES-SN e o Governo em clima de respeito mútuo, atendendo aos preceitos institucionalizados pelo regimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que balizam o sistema nacional de negociação”.

Os acordos de fim de greve: uma avaliação

*Por Prof. Frederico José Falcão**

O noticiário da greve dos docentes apresentou nos últimos dias um novo (ou nem tanto) encaminhamento por parte do Ministério da Educação. Trata-se da proposta de acordo assinada com o SINASEFE, sindicato que representa parcelas dos docentes do 1º e 2º graus (parte dos CEFETs e escolas isoladas) e técnicos administrativos destas mesmas instituições. Tal acerto deu-se, entre outras questões, através de um reajuste linear para os docentes de 12%.

Para além do que pode representar uma importante conquista para uma parte da categoria, alguns aspectos relevantes precisam ser mencionados e discutidos, já que, sem uma avaliação crítica podem abrir espaços para derrotas futuras.

Análises inicialmente do passado recente: na greve dos servidores públicos federais (SPF) de 2004, o governo negociou com o mesmo SINASEFE o fim da gratificação produtivista dos docentes de 1º e 2º graus (GID), substituindo-a por uma fixa, a GEAD, o que não foi estendido para os docentes do Ensino Superior representados pelo ANDES-SN que tiveram mantida a GED. Tal acordo MEC/SINASEFE acabou estendido aos docentes de 1º e 2º grau da base do ANDES, o que causou questionamentos desta, já que sua representação sindical estava sendo desconsiderada, o que soava como desrespeito, ainda mais partindo de um governo liderado por um partido de origem sindical.

Podem-se, então, afirmar que o acordo MEC/SINASEFE de 2005 não representou mais uma novidade, mas sim uma repetição do ano anterior, já que, apesar de todas as demandas, o governo não aceitou negociar com os dois sindicatos (ANDES e SINASEFE) na mesma mesa, além de impedir qualquer discussão sobre o 1º e 2º graus com o primeiro.

As conquistas do SINASEFE: poderiam ser vistas pelo ângulo de que o mesmo teria uma grande capacidade de mobilização de sua categoria, o que forçaria o governo a ceder em relação às reivindicações. Ou haveria a hipótese, talvez, de o sindicato conseguir apoio ativo dos pais dos alunos e da sociedade em geral para os seus reclamos, ou ainda, seria este sindicato mais flexível que o ANDES nas negociações tendo, com isso, mais chances de sucesso.

Infelizmente, não é isso que, em verdade, aconteceu, e quem se aventurar a considerar válida qualquer das hipóteses acima estará contribuindo para desenvolver uma tremenda miopia política no seio do movimento docente, certamente com funestas consequências.

O que ocorreu realmente neste processo? Que outras variáveis precisam ser avaliadas?

Em 2004, quando da greve dos SPF, o governo jogou todas as suas fichas em um processo de divisão dos sindicatos e dos trabalhadores. Assim é que negociou em separado, atendeu parte das reivindicações de uns e não de outros, enfraquecendo a capacidade de luta unitária e quase destruindo a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos (CNESEF). E, já aí, demonstrou a disposição de dividir os docentes entre os sindicatos (ANDES, representando o Ensino Superior e o SINASEFE, os demais). O que pretendia o MEC e o governo federal com tal ação? Parece-nos, sem dúvida, que a intenção era de colocar uma cunha na categoria docente, dividindo-a, enfraquecendo-a, jogando, inclusive, um sindicato contra o outro na disputa pelas bases dos docentes do 1º e 2º grau. Neste sentido, qualquer discussão neste momento que leve a uma disputa entre ambos, qualquer avaliação da greve que não indique a ação nefasta do governo contra o conjunto do movimento docente pode abrir flanco para uma disputa fratricida entre nós, enquanto os verdadeiros adversários estarão a tudo assistindo “de camarote”. Não custa lembrar a todos os companheiros do Ensino Médio da base do ANDES e do SINASEFE as tentativas de “reorganização” de nossas escolas, durante o período de FHC, sem nenhuma discussão com seus docentes. O CTUR, por exemplo, deixaria de ser parte da UFRRJ e passaria a ser gerido pelo CEFETEQ. Isto tudo sem esquecer as recorrentes tentativas de estadualização de nossas escolas, ameaça que foi, por exemplo, alvo de repúdio dos docentes do Colégio Pedro II em mais de uma ocasião.

Diante de tais fatos, parece clara a necessidade de unidade dos docentes dos dois sindicatos, buscando a montagem de uma pauta única e a retomada futura de negociações conjuntas, possibilitando mais e maiores conquistas. A divisão só interessa aos inimigos do movimento docente e de uma Educação pública, gratuita e de qualidade. * *Professor do CTUR, ex-diretor da ADUR-RJ*

NOTA DA ANDIFES AO CNG/ANDES-SN

Reproduzimos abaixo a nota da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) ao CNG/ANDES-SN, de 23 de novembro, acerca do movimento grevista, em curso nas Universidades Públicas do país.

Os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, reunidos em Brasília em sua 77ª reunião extraordinária com a finalidade de avaliar os desdobramentos da atual greve que, na maioria das instituições, já dura há mais de sessenta dias, considerando que, ainda antes da deflagração das greves e durante seu curso, todos os esforços foram empreendidos pela ANDIFES, em conjunto com diversos parlamentares, junto ao ANDES, à FASUBRA e ao MEC na tentativa de ajudar a conduzir o diálogo a bom termo e com resultados positivos para as partes envolvidas; considerando que, ainda que de forma parcial, as reivindicações foram contempladas; considerando que ainda resta consolidar novas conquistas para ambas as carreiras, e que tal tarefa será objeto de grupos de trabalho oficialmente já sinalizados; considerando ainda que no estado atual, depois deste longo período de paralisação, não há mais nenhuma perspectiva de negociação (dado o posicionamentos dos interlocutores nesse conflito); considerando, finalmente, que os alunos e a sociedade brasileira não podem sofrer as conseqüências das indefinições do presente quadro, sob pena de sérios prejuízos à nação e ao interesse maior da sociedade, **TORNAM PÚBLICOS OS SEGUINTE POSICIONAMENTOS:**

1 – Avaliar que, dada a conjuntura de dificuldades, os movimentos obtiveram ganhos e que deverão ser ampliados e consolidados com a implantação das novas carreiras.

2 – Encaminhar aos Conselhos Superiores das IFES a imperiosa necessidade de recuperação do semestre letivo paralisado, com reescalonamento do calendário acadêmico.

3 – Conclamar professores, técnico-administrativos e alunos a retornar às atividades acadêmicas e administrativas regulares.

4 – Conclamar o Governo a criar mecanismos de interlocução mais permanentes e propositivos em vista de um futuro menos conflitivo.

Nesse sentido, a ANDIFES uma vez mais reitera seu compromisso em participar de todos os entendimentos que se façam necessários a bem da Universidade Pública brasileira.

Brasília, 23 de novembro de 2005.

Segue a reposta do CNG/ANDES-SN a ANDIFES:

Ao tomar conhecimento da Nota da ANDIFES, datada de 23 de novembro, o COMANDO NACIONAL DE GREVE/ANDES-SN, decidiu manifestar-se nos seguintes termos:

O Movimento Docente tem estabelecido interlocução com a ANDIFES, antes e no curso da atual greve nacional dos docentes das universidades federais. Temos demonstrado-lhe, nesse processo, consideração no campo em que atua, mas exigimos, como contrapartida desta entidade e dos dirigentes, consideração equivalente no campo que é próprio aos movimentos das categorias e de seus sindicatos.

O direito de greve é uma conquista cara aos trabalhadores de todo o mundo. O seu legítimo exercício constitui excepcionalidade nas relações institucionais das sociedades democráticas. Às assembleias gerais, instâncias democráticas de deliberação dos docentes, cabe avaliar e encaminhar a greve como instrumento de luta, pautado por objetivos que extrapolam os interesses corporativos da categoria. A greve, neste momento, associa-se ao mais estrito interesse da grande maioria da população: o de preservar a possibilidade da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada neste país marcado por profundas desigualdades sociais. As assembleias gerais e os comandos locais e nacional de greve têm demonstrado maturidade e responsabilidade em suas decisões, tanto em relação às negociações com o MEC, como em relação à defesa das políticas públicas em prol da sociedade.

A ANDIFES sabe que os interlocutores do Governo têm dificultado a negociação, obstinados em implementar conceitos discriminatórios e contrários à carreira docente isonômica e paritária.

O Comando Nacional de Greve – ANDES-SN reconhece como positiva a intervenção da Associação dos Dirigentes das IFES em diversas tentativas para a abertura de negociações efetivas com o MEC, a fim de se chegar a bom termo, o mais rapidamente possível. Entretanto, a intransigência não tem sido do Movimento Docente, e sim do Governo, único responsável pelos prejuízos eventualmente advindos do prolongamento desta greve.

Neste momento em que o governo rompe as negociações e age de forma intransigente, causa-nos indignação a manifestação dos dirigentes das IFES a favor de uma política em relação aos docentes a qual ignora as posições expressas em nossas assembleias gerais, conclamando professores, técnico-administrativos e estudantes a retornarem às atividades acadêmicas e administrativas regulares. Esse gesto evidencia total desconsideração com a direção do movimento grevista, assim como com o diálogo entre as entidades, estabelecido até então.

A autonomia das entidades e o mútuo respeito entre si são componentes fundamentais para a manutenção da universidade pública e gratuita. Garantir esses atributos e trabalhar em defesa da universidade continuará a ser o nosso objetivo. Defender os que nela trabalham é pressuposto incondicional para se ter qualidade na produção e difusão da ciência e da cultura em nosso país. Esse tem sido nosso empenho e nele nos manteremos!

Brasília, 28 de novembro de 2005

ANDES-SN solicitou audiência com Presidente Lula

Carta nº 427/05
Brasília, 1º de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Senhor Presidente,

Os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, em greve há mais de 90 dias, vêm solicitar a intervenção de Vossa Excelência no sentido de que sejam reabertas as negociações com o governo pelo atendimento de nossa pauta de reivindicações, cuja justiça é reconhecida pela comunidade acadêmica, pela sociedade, pelo próprio MEC. É importante, também, registrar o expressivo apoio que o movimento tem recebido de parlamentares de todos os partidos.

Os professores das IFES há muito têm seus vencimentos corroídos pela política de acordo salarial imposta por sucessivos governos aos servidores públicos e trabalhadores em geral. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o atual momento, a defasagem salarial nos proventos dos servidores públicos federais ultrapassa o índice de 150%. Essa corrosão sucateia as universidades públicas, as quais são imprescindíveis para um projeto nacional que possibilite a inserção soberana do Brasil no contexto global.

Os docentes das IFES nutriam expectativas quanto ao cumprimento de compromissos históricos assumidos por Vossa Excelência e pelo

Partido dos Trabalhadores, no que tange a valorização da educação pública, das instituições de ensino federal e do trabalho docente. Depois de anos de ofensiva neoliberal contra o serviço público e a soberania do país, os docentes das IFES esperavam que o governo de Vossa Excelência pudesse reverter a herança nefasta do processo de destruição do Estado brasileiro.

No diálogo estabelecido com o MEC, essas expectativas não se materializaram. Após protocolarmos nossa pauta específica, em 6 de junho deste ano, e as várias tentativas de negociação, o recurso da greve se mostrou o único instrumento capaz de levar o Ministério da Educação a reconhecer nossas reivindicações.

Após 35 dias do início da greve, o MEC recebeu o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN e formalizou sua proposta, que foi rejeitada pelas assembleias gerais em todo o país por três vezes. O movimento docente das IFES continua a recusar a proposta do MEC porque ele fere os princípios que são fundamentais para a categoria: a isonomia entre os docentes da carreira de 1º, 2º e 3º graus, a paridade entre ativos e aposentados e a valorização do salário básico. A proposta apresentada pelos interlocutores do governo aponta para a fragmentação da carreira docente, distorce a malha salarial e trata as reivindicações dos docentes aposentados como se estas nada mais representassem além de mero ônus orçamentário.

O impasse criado na greve não tem como centro questões de ordem financeira, mas, sim, a divergência entre a lógica conceitual das propostas do CNG/ANDES-SN e a do MEC. Atualmente cerca de 80% do salário dos professores das IFES são constituídos de gratificações (GAE, GED, GEAD). Além disso, essas gratificações têm valores diferenciados para docentes da carreira de 1º e 2º graus e o magistério superior, criando uma indesejável hierarquia entre os professores pertencentes a uma mesma rede de ensino. Além disso, a gratificação nos moldes da proposta pelo governo, no caso, a GED, discrimina os docentes aposentados.

Embora defendamos a incorporação dessas gratificações, nossas assembleias no intuito de chegar a um acordo que viabilizasse o final da greve, decidiram flexibilizar a sua pauta, acatando a argumentação do MEC de que esse ponto seria objeto das discussões e serem estabelecidas no Grupo de Trabalho sobre carreira docente.

Reconhecemos os esforços do governo no sentido da ampliação dos recursos destinados ao reajuste salarial dos docentes, no entanto, este se mostrou inflexível na defesa da lógica da sua proposta, que se contrapõe aos princípios que regem a concessão da pauta construída pelo movimento docente.

Sob a alegação de que o impasse se tornou irreduzível, o MEC, de forma unilateral, rompeu o processo de negociação e anunciou que enviaria ao Congresso Nacional um projeto de lei que complementaria os princípios de sua proposta original.

Por isso, nós, docentes em greve das instituições federais de ensino superior do Brasil, apoiados por 75 membros senadores e 245 deputados, solicitamos a Vossa Excelência uma audiência com o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN para dar solução ao impasse que tem inviabilizado a suspensão do movimento grevista.

Respeitosamente,

Profª Marina Barbosa Pinto
Presidente



A farsa cruel de um ponto de exclamação

O grevismo na universidade recorre a pose de herói para esconder o papel de vilão

Leia o artigo de Roberto Pompeu de Toledo na íntegra, publicado na edição de 30 de novembro de 2005, da revista *Veja*:

A greve continua! Assim terminava o comunicado expedido na segunda-feira passada pelo comando de greve do Andes – o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior –, dando conta das últimas notícias do movimento deflagrado já lá iam mais de oitenta dias nas universidades federais. O ponto de exclamação ao fim da frase dizia mais de suas intenções do que as palavras. Caso estivesse escrito “A greve continua”, sem ponto de exclamação, se trataria de uma informação, não mais que isso, aos associados. O ponto de exclamação mudava tudo. Conferia à frase épicos tons de heroísmo, de ardor pela causa, de brado retumbante. Não, a questão não era apenas que a greve continuava. Era que a greve continua!

O ponto de exclamação, até pela forma, representava uma espada desembainhada contra o inimigo. *En garde!* Era um convite à arremetida contra o tirano, o opressor, o infiel. Ele vai ver só! Quem vai ver? Quando há greve numa fábrica, quem “vai ver só” é o patrão, que sentirá seus efeitos no bolso. Numa greve em universidade, com perdão para repisar no óbvio, são os alunos. É contra eles, ao fim e ao cabo, que se produzem seus resultados. O ponto de exclamação do Andes era uma espada espetada contra a barriga da estudantada.

O Andes, em temporada de euforia cívica, informou que patrocinou dezesseis greves nas universidades federais desde 1980, perfazendo 978 dias de paralisação. Santo Deus, que proeza! – e lá vai outro ponto de exclamação, que é isso que o Andes julga merecer com tal performance. O jornal *O Globo* fez algumas singelas continhas e chegou a conclusões não tão lisonjeiras para o sindicato dos docentes. Os 978 dias equivalem a dois anos e oito meses. Descontados os fins de semana, e levando em conta que o ano letivo tem 200 dias úteis, chega-se a três anos e meio sem aulas. Mais seis meses e se completariam os quatro anos equivalentes a bom número de cursos de graduação. Claro, há as famosas reposições. Mas, até acontecerem, já quebraram o ritmo que, como em qualquer atividade, é fundamental para os bons resultados. E, quando acontecem, é em meio aos atropelos do Natal ou do Ano-Novo, às preguiças do verão ou do Carnaval, quando as cabeças não estão na melhor forma para os rigores do estudo.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), alertado pela reportagem do *Globo*, iniciou, como presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, um movimento para regulamentar o direito de greve nas universidades públicas. A providência, tal qual a famosa reforma política, inclui-se entre as que caem de podres, de tão necessárias para desenterrar o país, mas que, por contrariar interesses corporativos, são sempre jogadas para as calendas gregas. “Há um abuso do direito de greve”, diz Delgado. A presidente do Andes, Marina Barbosa, reage: “O direito de greve está previsto na Constituição. Qualquer regulamentação restringirá esse direito”. Eis um modo enviesado de ler a Constituição. Ali está escrito (artigo 37, VII) que o direito de greve dos funcionários públicos “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Opor obstáculos à materialização da lei específica é desrespeitar o texto constitucional.

Para citar um exemplo, só um, de como o espeto do Andes encosta na barriga dos estudantes, atente-se para uma decisão tomada pelo comando de greve da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba. Comunicaram os grevistas na quarta-feira passada que não corrigirão as provas da primeira etapa do vestibular de 2006. Com isso, e enquanto durar a greve, não poderá ser realizada a segunda etapa. Sabe-se o que significa para um jovem o ano do vestibular – muito trabalho, tensões, angústias. Os grevistas de Campina Grande resolveram adicionar a esse amargo coquetel a incerteza em torno de quando – e se – as provas serão realizadas.

“É preciso atualizar a agenda da indignação”, afirma o deputado Paulo Delgado. “A greve continua!” é irmã gêmea de “A luta continua!”. Que por sua vez é prima de “O povo unido jamais será vencido!” e cunhada de “Abaixo a ditadura!”. Pertencem todas a uma família de slogans apropriados ao combate contra os regimes castradores de direitos e opressores do povo. Tiveram seu papel durante o regime militar. Na democracia, merecem ser usados com cuidado. Quando menos, o cuidado de verificar se o direito de um – o de greve, da parte do docente – não fere o do outro – o de ter aulas, da parte do estudante.

A greve nas universidades federais, desgastada como costuma acontecer com esses movimentos que se esticam sem rumo e sem nexos, ameaçava morrer de morte natural no fim da semana passada. Ao completar 88 dias, na sexta-feira, tinha chance de escapar (por pouco) do terrível anátema lançado pelo senador Cristovam Buarque, o primeiro dos três ministros da Educação do governo Lula. “Uma greve que ultrapassa os 100 dias mostra que a universidade não é mais necessária, da forma como está estruturada”, disse ele ao *Globo*. “Imagine um banco parado por 100 dias.”

A crueldade da crítica leviana

Prof. Dr. Germano Phonlor

Na última página da revista *Veja* desta semana, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo escreveu um ensaio intitulado: “A farsa cruel de um ponto de exclamação”. Inspirou-se, o digno senhor, numa frase do Andes-SN, “...e a greve continua!” A fértil mente conseguiu vislumbrar nesta exclamação algo como um chamamento ao “desembainhar de espadas para a luta!” Este tipo de atitude remete-me ao meu tempo de universitário, quando, em plena ditadura, era normal pessoas serem acusadas de comunistas, simplesmente por expressarem alguma opinião que contestasse o “status quo”. À medida que fui adentrando pelo artigo, maior era minha indignação – a qual, finalmente, transformou-se em um *e-mail*, que enviei ao referido jornalista, com o seguinte título e seguinte teor:



Ao Sr. Roberto Pompeu de Toledo:

Não consegui manter-me alheio ao seu inquietante ensaio: “A farsa cruel de um ponto de exclamação” (*VEJA*, ed. 1933). Sou professor titular, DE, da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). Tenho mestrado, doutorado (USP), pós-doutorado (Carolina do Norte, USA, um ano); pós-doutorado Senior (Universidade de Tóquio, Japão, cinco meses), bem como diversas especializações na Alemanha, na Espanha, no Chile e na Argentina. Além disso, possuo inúmeros trabalhos publicados em diferentes revistas científicas dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Brasil, e participação em capítulo de livro publicado na Alemanha. Hoje estou aposentado, após 33 anos dedicados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Meu salário é equivalente ao mesmo de 12 anos atrás.

Senhor Roberto, este mini “curriculum vitae” não tem outra finalidade senão aquela de disponibilizar dados reais, para que possam servir de fonte a uma avaliação mais condizente com a realidade do desprestigiado professor universitário. Já fomos adjetivados por Collor como preguiçosos, por FHC como vagabundos e pelo nosso ilustre iletrado Lula, como marajás. Não dispomos de outra forma de luta reivindicatória que não seja a greve. Graças a este instrumento, garantido pela constituição, é que tivemos as nossas maiores conquistas salariais.

É inacreditável que um profissional que tenha passado por uma Universidade (espero que esse seja o seu caso) venha a público com críticas de tal envergadura, sem levar em consideração o empobrecimento do profissional da educação, há mais de 12 anos sem aumento salarial. Quando recebemos 0,1% de aumento, não houve notícias publicadas por nenhum jornal ou revista deste país que viessem em nossa defesa. Como fazer um ensino de qualidade, uma pesquisa científica de nível internacional, com técnicos sendo aviltados ano após ano em seu ganha-pão? Quando sentamos nos bancos escolares, exigimos aulas de qualidade, mas ninguém pensa que dentro daquele tapa-pó existe um ser humano que possui as mesmas necessidades do aluno e de sua respectiva família. Que precisa especializar-se, comprar livros, falar pelo menos duas línguas diferentes daquela materna. Como fazer tudo isto sem uma remuneração decente?

Enquanto neste país a educação não for pensada como um investimento, ao invés de uma despesa, vamos acabar brincando de ensinar, tendo como conseqüências o aluno fingindo que aprende e o país cada vez mais ignorante. Tamanha já é nossa ignorância que elegemos, para dirigir este imenso país, “isto” que aí está.

A nossa indignação é maior porque pertencemos a uma das classes esclarecidas de nosso país. E ela cresce quando vemos deputados, com apenas alguns anos de mandato (e mesmo quando cassados) sendo aposentados com um salário acima de R\$ 9.000,00 sem precisar fazer greve. É revoltante!

Gostaria de finalizar fazendo uma pergunta ao Sr. Roberto: qual seria outro possível instrumento de reivindicação salarial e por melhores condições de trabalho, que não a greve? Por favor, se o senhor souber, diga-nos, porque durante décadas discutiu-se, em todos os recantos universitários deste país, na tentativa de encontrar um outro instrumento mais eficaz e que não causasse prejuízo aos alunos. Infelizmente, nossas mentes não foram, até o momento, suficientemente criativas para encontrá-lo.

Uma última informação: o professor, muito provavelmente, é o único profissional que, terminada a greve, trabalha redobrado para recuperar o tempo perdido. Acredito que nenhuma outra classe trabalhadora tenha tal responsabilidade para fazê-lo.

Espero que, com estas informações, o jornalista possa dispor de algo mais do que um simples ponto de exclamação para elaborar seu próximo ensaio.

Saudações Universitárias,
Prof. Dr. Germano Phonlor

Ministro afirma que tramitação do PL no Congresso terá regime de urgência. Governo aumenta R\$150 milhões em sua proposta

Após chegar a um impasse com o Movimento Docente acerca do reajuste salarial da categoria – que não abre mão dos princípios de isonomia e paridade, renegados pelo MEC – o Ministro da Educação, Fernando Haddad, optou por um caminho “mais fácil”. Enviou um Projeto de Lei ao Congresso, destinando R\$ 650 milhões para o reajuste salarial da categoria. Segundo Haddad, com os R\$ 500 milhões previstos no inicialmente, o reajuste seria dado apenas em maio de 2006. Assim sendo, o governo teria aumentado a sua proposta em R\$150 milhões. Contudo, o reajuste será distribuído de forma diferenciada, a partir da titulação dos professores. O CNG obteve uma cópia do PL, divulgado na página do MEC somente no dia 7 de dezembro.

Haddad ameaça cortar o ponto dos professores grevistas

Em recente entrevista ao jornal *O GLOBO*, de 6/12/05, Haddad ameaçou a categoria: após a aprovação do Projeto de Lei, se os professores não retornarem às atividades, o governo vai cortar os salários dos grevistas, que reivindicam o reajuste linear de 18% sobre o vencimento básico.

O Ministro Fernando Haddad afirmou que “a greve causa mais danos aos alunos oriundos de escolas públicas, já que os cursos mais prejudicados são os da área social e os de licenciatura, geralmente cursados por estudantes mais pobres”. Segundo o Ministro da Educação, “cursos como medicina, freqüentados por alunos de classes

mais altas são menos atingidos porque têm vinculação com hospitais e fundações, o que reduz o impacto da paralisação”.

A declaração de Haddad foi, mais uma vez, infeliz. Preconceituosa, o Ministro associa alunos dos cursos de licenciatura à pobreza.

Prioridade do governo é o Fundeb

Durante o programa de rádio semanal, “Café com o Presidente”, na edição de 5 de dezembro, Lula afirmou que está “pedindo a Deus” que o Congresso aprove ainda neste ano uma de suas principais promessas de campanha para a área da educação: o Fundeb (fundo para financiar a educação básica) – que, em 2006, deve ser uma de suas principais bandeiras na campanha à reeleição.

“Eu estou pedindo a Deus que o Congresso Nacional, ainda neste ano, aprove o Fundeb. Porque, se aprovar o Fundeb, serão R\$ 4,3 bilhões a mais que nós vamos colocar na educação brasileira”.

De acordo com o *O GLOBO* online de 12 de dezembro, a Comissão Especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aprovou em 8/12, por unanimidade, o relatório da deputada Iara Bernardi (PT-SP) sobre a PEC 415/05, que cria o FUNDEB. Para se tornar lei, a PEC ainda precisa ser aprovada pelo plenário da Câmara e, depois, pelo Senado.

O Projeto de Lei

O MEC disponibilizou, no dia 7 de dezembro, em seu portal na Internet o Projeto de Lei ”que altera a estrutura da Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987”. Veja o documento enviado pelos Ministros da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente Lula, que discorre sobre o PL:

EM Interministerial nº 00290/2005/MP/MEC

Brasília, 6 de dezembro de 2005.



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que altera a estrutura da Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

2. A proposta tem por objetivo reestruturar a carreira, propiciando maior oportunidade de desenvolvimento, bem como rever a estrutura remuneratória dos docentes do Magistério Superior, dando continuidade à política de melhoria salarial, com vistas à redução das distorções atualmente existentes no que se refere ao equilíbrio interno e externo das tabelas de remuneração do Poder Executivo Federal.

3. Para melhor compreensão da proposta de reestruturação ora apresentada, cabe registrar que a Carreira de Magistério Superior, criada pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, possui peculiaridades em relação a maioria dos cargos e carreiras da Administração Pública Federal, especialmente quanto aos critérios de ingresso, que pode ocorrer no nível inicial de qualquer classe, exigindo-se, entretanto, diferentes requisitos de escolaridade: diploma de graduação em curso superior, para ingresso na classe de Professor Auxiliar; grau de Mestre, para a classe de Professor Assistente; e título de Doutor ou de Livre-Docente, para a classe de Professor Adjunto. O ingresso na classe de Professor Titular ocorre, unicamente, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, para o qual são exigidos requisitos especificados na referida norma.

4. Para o servidor, a progressão funcional de uma classe para outra, com exceção da classe de Professor Titular, se dá sem interstício, por titulação, ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obteve a titulação necessária, mas encontra-se, no mínimo, há dois anos, no último nível da classe ou há quatro anos em atividade em órgão público.

5. Neste contexto, está sendo proposta a criação da Classe de Professor Associado, cujo acesso dar-se-á exclusivamente por progressão funcional, mediante avaliação de desempenho acadêmico de servidor que esteja há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto, possua o título de Doutor e atenda aos demais requisitos a serem estabelecidos em regulamento, propiciando, assim, maior perspectiva de desenvolvimento ao longo da carreira.

6. Quanto aos aspectos remuneratórios propriamente ditos, a proposta prevê:

a) aumento de 50% (cinquenta por cento) do percentual de acréscimo ao vencimento básico quanto à titulação de que trata a Lei nº-8.243, de 14 de outubro de 1991, passando a 75% no caso de o Professor possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente, 37,5% no de grau de Mestre, 18% no de certificado de especialização e 7,5% no de certificado de aperfeiçoamento, a partir de 1º-de janeiro de 2006;

b) progressão para o nível 1 da nova classe de “professor associado” do professor adjunto que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos em lei e aos demais requisitos estabelecidos em regulamento, a partir de 1º-de maio de 2006;

c) aumento de 5% no vencimento básico do Professor Titular, a partir de 1º-de maio de 2006;

d) reajuste dos valores atribuídos aos pontos relativos à Gratificação de Estímulo à Docência, instituída pela Lei nº-9.678, de 03 de julho de 1998, a partir de 1º-de julho de 2006; e

e) alteração do número de pontos atribuídos ao professor aposentado referente à Gratificação de Estímulo à Docência, instituída pela Lei nº-9.678, de 1998, que passa a ser de 115 pontos, a partir de 1º-de julho de 2006.

7. A implantação das medidas propostas alcança em seus efeitos 75.239 professores da carreira de Magistério Superior ativos, aposentados e beneficiários de pensão. O acréscimo de despesa anual decorrente da implementação dessa medida, que será efetuada de maneira gradual, em quatro etapas, a partir de 1º-de janeiro de 2006, é da ordem de R\$ 646.719.229,00 (seiscentos e quarenta e seis milhões, setecentos e dezenove mil, duzentos e vinte e nove reais), naquele exercício, e de R\$ 770.345.460,00 (setecentos e setenta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais), em cada um dos dois exercícios subsequentes.

8. Quanto ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº-101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 contempla reserva alocada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destinada ao reajuste da remuneração dos servidores públicos federais, suficiente para suportar as despesas previstas.

9. Nos exercícios de 2007 e 2008, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, mostram-se compatíveis com o aumento de receita resultante do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a presente proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II

VALORES DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, A PARTIR DE 1º-DE MAIO DE 2006

Classe	Nível	20 h (R\$)	40h (R\$)	DE (R\$)
Titular	-	323,47	646,95	1002,77
Associado	4	306,93	613,88	951,52
	3	299,32	598,64	927,89
	2	291,71	583,42	904,30
	1	284,10	568,20	480,71
Adjunto	4	253,66	507,34	786,38
	3	243,24	486,49	754,06
	2	232,97	465,94	722,21
	1	222,94	445,89	691,13
Assistente	4	204,71	409,41	634,59
	3	196,03	392,07	607,71
	2	188,00	376,01	582,82
	1	180,43	360,86	559,33
Auxiliar	4	166,53	333,05	516,23
	3	159,77	319,54	495,29
	2	153,44	306,86	475,63
	1	147,40	294,79	456,92

ANDES-SN divulga considerações sobre o Projeto de Lei do governo

O CNG/ANDES-SN tomou conhecimento da Exposição de Motivos nº 00290/2005/MP/MEC, de 06 de dezembro de 2005, acompanhada do Projeto de Lei que altera a estrutura e a remuneração da carreira do magistério superior, divulgado no portal eletrônico do MEC, às 17h35m.

O referido documento, embora divulgado na página do MEC, até as 21h e 35m da presente data, não tinha sido protocolado no Congresso.

Foi informado por parlamentares que a entrada do documento no Congresso poderá se dar amanhã (08/12/2005), quando se terá, então, conhecimento da sua tramitação na Casa.

Em uma análise preliminar, o CNG considera:

- O art. 1º refere-se à introdução da classe de “professor associado”, na carreira de docente do ensino superior;

- O art. 2º cria os requisitos para a progressão para a classe de “professor associado”, e no seu parágrafo único, estabelece que tal progressão dependerá de critérios a serem criados pelo MEC;

- O art. 3º estabelece novos percentuais no adicional de titulação (1º de janeiro de 2006);

- O art. 4º estabelece a vigência da nova carreira (1º de maio de 2006);

- O art. 5º redefine os valores da pontuação da GED (1º de julho de 2006);

- O art. 6º, no seu parágrafo 1º, redefine a pontuação da GED dos aposentados, de 91 para 115 pontos (1º de julho de 2006);

Este PL define etapas para a implementação dos diferentes itens da proposta;

são elas:

1ª – Em 1º de janeiro: reajuste no adicional de titulação;

2ª – Em 1º de maio: inclusão, na carreira, da classe de professor associado, com novo valor para professor titular (+5%);

3ª – Em 1º de julho: novos valores para GED e aumento na pontuação desta gratificação para os aposentados.

Sendo assim, o CNG/ANDES-SN entende que o PL traduz, em um instrumento jurídico, a proposta do MEC, a qual foi rejeitada pela categoria por três vezes. Portanto, mantém a diferença salarial entre os docentes da ativa e os aposentados; oficializa a separação negocial das carreiras de 1º, 2º e 3º graus e fortalece a GED como um importante componente salarial.

Chama-nos atenção o aumento dos recursos para viabilização da proposta do governo, que salta de 500 para 650 milhões de Reais, mesmo o governo afirmando, há 20 dias, que havia chegado ao limite financeiro possível (os 500 milhões), o que usou como argumento para romper as negociações. Em suma, o governo aumentou o recurso e manteve a lógica que confirma que o problema não é financeiro.

Os 150 milhões a mais não impediram que o governo diluísse, ao longo do ano, os efeitos financeiros para os docentes (janeiro – titulação; maio – classe associado; julho – alteração na pontuação e valores da GED).

Logo, este PL não traz qualquer novidade que possa alterar a avaliação do movimento docente em relação a proposta do governo.

O CNG/ANDES-SN estará no dia de amanhã acompanhando a tramitação do PL e fará avaliação política do momento atual da greve e de seus desdobramentos. Tão logo a avaliação seja concluída, será enviada para as Seções Sindicais.

**A GREVE
CONTINUA!**

**A HORA É DE
FIRMEZA E DE
UNIDADE.**

AVALIAÇÃO POLÍTICA: A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO SE MATERIALIZA NO ENVIO DO PL

Passados mais de 100 dias de greve, os docentes das IFES receberam mais uma resposta unilateral às suas diversas tentativas de diálogo e negociação com o governo: o PL, protocolado no Congresso Nacional com o No 6.368, contendo a mesma proposta, sucessivamente rejeitada pelas assembleias de docentes em todo o país, com o agravante de datas escalonadas. O projeto de lei foi anunciado pelo MEC em 16/11, depois do rompimento das negociações pelo governo em 10/11, e foi protocolado no Congresso apenas no dia 09/12.

A opção do governo pela via autoritária, encerrando unilateralmente as negociações com o movimento docente e encaminhando para o Legislativo a responsabilidade pela resolução do impasse, por ele criado, demonstra sua firme determinação em impor sua política, ao mesmo tempo em que fica claro que a opção por esta via (de altos custos políticos) somente foi feita em razão da resistência daqueles que a ela se contrapõem. Frente à determinação da categoria de rejeitar a lógica conceitual embutida em sua proposta, o governo optou pela imposição de um PL cujo conteúdo responde ao essencial da sua política para a educação. A rigor, como veremos, mais do que uma luta econômica, a greve expõe, claramente, a confrontação de dois projetos distintos de educação pública e de sociedade.

Ao longo da greve, o governo utilizou-se de todos os recursos a seu alcance para impedir qualquer forma de recomposição salarial. Primeiramente, apostando na inexistência de disposição da categoria para a greve, limitou-se a reiterar sua “proposta” de “reajuste” de 0,1%, em 2005, que jamais foi implementada. Em segundo lugar, avaliou que, deflagrada a greve, o Movimento Docente não conseguiria ampliá-la ou mantê-la por muito tempo. Forçado pelo movimento a receber o CNG/ANDES-SN, somente o fez 35 dias após o início da greve. Desde então apresentou sempre a mesma proposta, descumpriu os prazos por ele mesmo anunciados, e abusou dos mecanismos da contra-informação e do divisionismo sindical, acreditando que tudo isso seria suficiente para esvaziar a greve e fazer esmorecer a disposição de luta da categoria. Mas o crescimento e a força

da greve, a unidade da categoria em torno de nossa pauta histórica de reivindicações e a firmeza que ela demonstrou na rejeição à lógica da proposta do governo, o levou a sucessivos recuos, obrigando-o, não somente, a reconhecer a greve, mas a aumentar, mais de uma vez, os recursos orçamentários destinados aos docentes das IFES.

A greve tem sido capaz de conferir visibilidade à indignação e insatisfação dos docentes das IFES e, se não tem conseguido fazer o governo recuar de sua posição intransigente quanto a implementação de sua lógica, levando-o a uma proposta de recomposição salarial que, em termos do montante orçamentário, aproximou-se dos valores que seriam necessários para atender a contra-proposta apresentada pelos docentes. No entanto, o governo não se afastou de sua lógica e materializou sua proposta através de projeto de lei que desrespeita os princípios da paridade e da isonomia, adia para 2006 qualquer perspectiva de reajuste salarial, não atende a nossa pauta e dilui, em três etapas: janeiro, maio e julho, a implementação de suas propostas.

DESUVENDANDO A LÓGICA SUBJACENTE AO PL DO GOVERNO

Nossa pauta de reivindicações salariais, como a do conjunto do SPF, tem um horizonte: recuperação do valor aquisitivo de janeiro de 1995, último reajuste concedido antes dos 8 anos do governo FHC, em que não houve qualquer reposição salarial e em nosso caso, a partir de 1998, o governo passou a fazer reajustes diferenciados em gratificações, dentro da lógica da reforma do Estado (a introdução da GED e diferenciação entre 1º e 2º graus e 3º grau); o fim de todas as gratificações, com suas devidas incorporações ao vencimento básico; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; e uma carreira única e isonômica para todos os professores das IFES, sem qualquer distinção.

Ainda que se tenham embates em torno de montantes orçamentários, aspecto em que o próprio governo recuou por duas vezes, a dificuldade de se chegar a um acordo nesta greve deve-se centralmente ao enfrentamento de lógicas diferentes, com o governo determinado a dar curso às reformas da educação, ação que se

combina com toda a reforma de Estado e a política econômica.

O governo assumiu que sua política salarial prioritária resolver as disparidades existentes no serviço público e afirmou isso na Mesa Nacional de Negociações Permanentes (MNNP) em abril de 2004. Para isso, anunciou que as negociações salariais dar-se-iam em separado no âmbito de cada ministério e assim o fez naquele ano. Cabe observar, entretanto, que as negociações com o ANDES-SN foram rompidas com a apresentação de uma Medida Provisória.

Em 2005, as negociações continuaram no âmbito de cada ministério, mas o governo foi além, ao negar qualquer reajuste para esse ano. A correção das distorções existentes é preocupação central da bancada sindical e, dentro dela, do ANDES-SN. Elas existem no interior de cada categoria e entre categorias. No entanto, ao separar e dividir os processos de negociação, o governo guardou para si o juízo sobre o que sejam distorções e como trabalhar para reduzi-las. Ficou claro que não há consenso entre a compreensão das entidades sindicais e a do governo sobre as distorções. Por exemplo, para os docentes a discriminação remuneratória entre as duas carreiras de professores (1º e 2º graus e 3º grau) significa distorção, enquanto para o governo é a isonomia que representa distorção.

No processo das negociações de 2005 o governo admitiu que a GED deveria ser extinta, não porque seja contra a remuneração por produtividade, mas porque “a GED não cumpria mais a sua função”, já que a avassaladora maioria dos docentes a recebe integralmente.

Na lógica do governo, sempre sob o argumento de correção das distorções, um reajuste igual para todos é injusto e, por isso, ele não concede reajuste linear. Com isso, o governo busca resolver as distorções, segundo seu entendimento, impedindo assim a recomposição salarial do conjunto da categoria; para ele as distorções devem ser resolvidas pela redistribuição de uma mesma massa de recursos da folha de pagamento. Some-se a isto a não concessão de reajuste em 2005, o que significa que o servidor pagará, com o reajuste que deixou de ter, parte do reajuste do ano seguinte.

Com a diluição do reajuste previsto no PL o governo mais uma vez demonstra a sua incapacidade de manter as declarações que

fez na Mesa de Negociações e através de coletiva à imprensa.

A exclusão do ANDES-SN das negociações relativas aos professores de 1º e 2º graus, ocorrida em 2004 e repetida em 2005, é expressão da política contrária à isonomia, à paridade e à correção de distorções, tratando-se de ato autoritário sem precedentes, pois não cabe ao governo decidir sobre representação sindical. O resultado é revelador. Para o 3º grau, aumenta-se a titulação e rejeita-se o reajuste linear; para o 1º e 2º graus concede-se reajuste linear e não se aumenta a titulação. Para o 3º grau aumenta-se a GED e não se completa a paridade; para o 1º e 2º graus não se aumenta a GEAD e a equiparação entre as duas gratificações fica cada vez mais difícil. Como se não bastasse, o que o governo já concedeu aos docentes de 1º e 2º graus no acordo assinado com o SINASEFE (reajuste no salário-base e, no ano passado, a substituição da GID pela GEAD com o conseqüente restabelecimento da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas), ele mesmo insiste em negar aos docentes de ensino superior. Isso é expressão da política de fragmentação imposta pelo governo.

Repetidas vezes ao longo de sua gestão o governo tem buscado acabar com as greves dos servidores com termos de acordo que ele mesmo modifica, posteriormente, no momento de proceder a sua transformação em instrumento legal. Mesmo sem ter chegado a um acordo, como no caso de nossa greve, o governo adiou o quanto pôde a edição do PL na expectativa de que a greve perdesse força. Os docentes persistiram na greve e hoje têm conhecimento do conteúdo do PL, versão piorada, quanto aos prazos, da proposta rejeitada pelas assembleias. Pelo termo de acordo assinado pelo MEC e pelo SINASEFE, quanto ao 1º e 2º graus, não se sabe ainda de quanto e quando será o reajuste. Se mantida a proposta dos 12%, como anunciado, teremos a seguinte situação: maiores índices de reajustes para doutores em relação às demais titulações para os professores da carreira do 3º grau e o inverso na carreira de 1º e 2º graus, observados para todas as classes e níveis.

A grande diferença entre as remunerações da carreira de 1º e 2º graus e da carreira do magistério do ensino superior foi introduzida com a GED, em 1998. A partir daí, a luta pela isonomia ganhou centralidade nas pautas do Sindicato e, em 1999, resultou na GID, mas ainda em valores inferiores aos da GED. Com a greve de 2001, conquistou-se a equiparação dos valores das duas gratificações. Porém, as negociações em separado, em 2004 e em 2005, resultaram na tendência de ampliação das diferenças. Tomando-se a comparação entre a remuneração de um

professor da carreira de 1º e 2º graus, no nível 4 da Classe E, e de um professor Adjunto 4, ambos com doutorado, tem-se o seguinte: em dezembro de 2002 a diferença era de R\$ 148,86 em favor do Adjunto 4. Atualmente a diferença é de R\$ 518,91 e, de acordo com o conteúdo do PL e do Acordo firmado entre MEC e SINASEFE, a diferença será de R\$ 680,04.

As diferenciações para outras classes e titulações, ainda que com valores diferentes, segue a mesma tendência, o que significa que o aprofundamento das distorções implicará em maiores dificuldades para as negociações futuras, em torno da carreira docente.

Na medida em que a política para a educação constitui um dos pontos do projeto do governo que, claramente, fez a opção pela geração de superávits primários em detrimento dos investimentos sociais, temos a seguinte realidade: dos R\$ 8,8 bilhões previstos para investimentos no Orçamento de 2005 que estão sendo desviados para a formação do superávit primário (56% do total de investimentos previstos para esse ano), mais de R\$ 400 milhões dos investimentos a serem feitos pelo MEC foram mais uma vez desviados para a remuneração do capital financeiro, atendendo aos ditames de uma política econômica que pratica os juros reais mais elevados do mundo e produz recordes sucessivos na arrecadação tributária, na formação de superávit primário, no pagamento de serviços da dívida pública e nas taxas de lucros de grandes bancos e empresas. Embora a meta de superávit primário para 2005 fosse de 4,25% (a maior de toda a história), o governo está sacrificando mais de 5% do PIB para este fim (um recorde histórico) – o que nem assim é suficiente para pagar sequer metade dos serviços de uma dívida que, não obstante ser paga a cada dez anos, aproximadamente, não cessa de crescer, absorvendo cada vez mais os recursos do país e servindo para justificar a aplicação intermitente de uma política econômica recessiva que levou o Brasil à condição de país da América Latina que menos cresceu nesse ano.

Todas as campanhas salariais e greves dos servidores públicos e dos docentes das IFES desde o governo de Collor de Melo vêm se confrontando com as políticas neoliberais e com a reforma do Estado que elas buscam promover, cujos objetivos e resultados centrais são:

1) impor o arrocho salarial permanente aos servidores públicos, cujo peso nas contas da União deve diminuir e tem diminuído na mesma medida em que aumentam os gastos com a dívida pública, que já compromete a essa altura cerca de 40% dos recursos públicos. Trata-se de uma política clara de transferência da

riqueza socialmente produzida e dos recursos públicos para as contas das cerca de 8.000 pessoas físicas e jurídicas que são detentoras dos títulos da dívida pública – política que se aprofunda incessantemente num cenário de transferência sistemática de renda do trabalho para o capital, em que o poder aquisitivo da classe trabalhadora caiu cerca de 30% desde 1997 e cerca de 50% desde 1985.

2) conceder reajustes diferenciados nos vencimentos dos servidores apenas pela via das gratificações, a fim de quebrar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, condenando os aposentados a condição de cidadãos de segunda categoria, aprofundando os ditames perseguidos pela reforma da previdência e pelo arrocho fiscal e forçando o pessoal da ativa que ainda pode fazê-lo a investir na previdência privada, alimentando também por essa via a remuneração do capital financeiro. Com essa política, o governo investe ao mesmo tempo na cooptação e corrupção das organizações de classe do mundo do trabalho pela via da implementação cada vez mais acelerada do sindicalismo de fundos de pensão, que já movimentam mais de R\$ 240 bilhões de reais e agora aparece como uma das fontes de recursos do “mensalão”;

3) forçar os docentes e a universidade pública, pela ausência de investimento público suficiente, a investirem na comercialização de suas atividades, na mesma medida em que continua a se promover com recursos públicos a expansão das empresas privadas de ensino superior. Das IFES espera-se que aprofundem e acelerem o processo de mercantilização da educação e do conhecimento. Dos professores, espera-se a concordância e a subordinação a esse processo com a ampliação da competição e do individualismo fratricida. Nesta lógica não deve haver luta reivindicativa coletiva e os sindicatos passam a ser alvos de sistemáticos ataques – ainda que a atual greve nas IFES, como tantas outras realizadas em instituições públicas, demonstre mais uma vez a ampla e sólida resistência da universidade às mudanças introduzidas nas funções sociais da educação pública. Nesse quadro, é preciso considerar ainda, além do arrocho salarial e dos cortes de financiamento público para pesquisas, que nos últimos dez anos o financiamento da universidade pública teve uma queda de 50%.

Nesse cenário tem avançado, sem qualquer regulação, as mais diversas formas de privatização e mercantilização no seio da universidade pública. Para todos os efeitos, fica cada vez mais claro em que medida essas políticas preparam o terreno para a progressiva transformação da universidade numa organização prestadora de serviços,

cuja sustentação financeira passa a depender, cada vez mais, de sua capacidade de converter-se num balcão de negócios. Dessa forma, a greve tem sido sempre o único instrumento de que dispõem os servidores para assegurar seu direito constitucionalmente previsto à reposição salarial anual capaz de repor as perdas inflacionárias.

Relativamente aos governos anteriores, experimentamos o agravamento e a inovação nos métodos e técnicas de ataque aos movimentos sociais e sindicais. A cada momento deparamo-nos com fatos que não podem ser tratados como fenômenos isolados, pois pertencem ao mesmo processo. A promoção do Profles à condição de representante sindical da base do ANDES-SN pelo MEC e pela CUT (o braço sindical do governo Lula) expressa toda uma lógica arbitrária de intervenção do Estado sobre os movimentos, que a rigor não se dissocia de fatos como a repressão policial nos campi universitários e os processos judiciais ameaçando direções, seções sindicais e docentes.

Vivemos no contexto de um governo que traiu os compromissos, a confiança e as expectativas de todos os que ao longo de décadas lutaram por um país socialmente mais justo e democrático, optou por alinhar-se com as forças mais reacionárias da sociedade brasileira e formou uma imensa rede de corrupção para viabilizar seu projeto de poder. A perplexidade e o desalento produzidos por essas circunstâncias abriram espaço, nestes últimos tempos, para o avanço da truculência e da violência persecutória e assassina contra militantes e lideranças da classe trabalhadora e para a criminalização dos movimentos sociais (vide o relatório contra a reforma agrária que classifica como crime hediondo a ocupação de terras).

Contudo, cada passo do governo Lula na implementação de seu projeto de governo e de poder produz também a reação daqueles que não se rendem à lógica da barbárie neoliberal e usam o instrumento da luta organizada para enfrentar os seguidos ataques contra a classe trabalhadora. Por tudo isso o governo Lula tem de se defrontar com o crescente nível de insatisfação e desencanto e se vê desmascarado em sua verdadeira natureza a cada ação unificada dos trabalhadores e dos setores populares contra as suas políticas.

Nossa greve se destacou no cenário político justamente pelo caráter do enfrentamento que se tornou evidente para a sociedade. Nem o MEC nem seus aliados questionaram a justiça da luta dos docentes pela reposição salarial e pela abertura de concursos públicos. As mentiras do MEC acerca da falta de

recursos ficaram evidentes a cada novo montante apresentado pelo próprio Ministério para viabilizar uma proposta compatível com sua lógica e contrária à nossa. A deliberada demora do MEC em receber o CNG e os sucessivos atrasos em todos os momentos de definição do processo de negociação só contribuíram para desmoralizá-lo publicamente, evidenciando seu desrespeito para com os professores das IFES.

Por outro lado, as assembleias gerais, ao rechaçarem várias vezes a proposta do MEC e repudiarem o ProfFes, demonstraram que é possível se impor contra os ataques do governo e de seus aliados. O esgotamento do papel do ProfFes contra a greve se evidenciou quando o MEC decidiu romper, unilateralmente, as negociações com o movimento grevista.

Não podemos deixar de ressaltar que a greve conseguiu interferir na conjuntura impondo desgastes ao governo e destacando-se na mídia mesmo nos momentos em que a crise política parecia apontar para uma centralização exclusiva do debate público em torno dos escândalos de corrupção. Antes de nossa greve não tínhamos absolutamente nada no horizonte, nem para 2005 nem para 2006; foi através de sua força que impusemos sucessivos recuos ao governo e conseguimos arrancar os recursos ora disponibilizados; sem ela, não teríamos conseguido pautar a discussão da valorização do trabalho docente e da defesa da universidade pública para o conjunto da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, evidenciar o descaso do governo Lula para com a educação pública.

OMOMENTO DA GREVE E SEUS RUMOS

A realidade da greve nas IFES tem sido alterada a partir de ataques do governo, quando negocia em separado com o SINASEFE, que assinou acordo para os docentes de 1º e 2º graus e retomando as atividades em 1º de dezembro; quando divulga informações na imprensa, apresentando datas de reinício das atividades docentes; quando conta com medidas judiciais impetradas contra IFES, entidades sindicais e docentes; quando a orientação apresentada pela ANDIFES é executada por alguns reitores, conclamando os docentes a sair da greve, favorecendo assim os propósitos do governo. Ações que têm a clara intenção de quebrar o movimento, promover a campanha de ataque à autonomia da representação sindical dos docentes das IFES da base do ANDES-SN e apontar para o reconhecimento de entidades de carimbo, controladas pelo governo.

Esse momento é de avaliação de nossas forças, de nossas perspectivas e da

conjuntura política. É preciso avaliar nossa greve, considerando suas possibilidades concretas de ganhos, ampliação de conquistas e seus pontos de estrangulamento, na perspectiva de manter a unidade da categoria e a força de sua representação sindical para as lutas que ainda virão.

Encontramo-nos em um momento delicado de nossa greve, pois em resposta ao encaminhamento do CNG para as bases sobre rumo a se tomar face à conjuntura colheu-se o seguinte quadro: ADUNIFESP saiu imediatamente da greve; ADCEFET-RJ e APES-JF deliberaram pela saída da greve a partir do dia 12/12/2005; ADUNIR e SESDUF-RR deliberaram pela saída da greve em 14/12/2005; ADUFPEL indicou a suspensão da greve a partir de 14/12/2005; APUFSC indicou a saída unificada da greve para o dia 19/12/2005; ADUFPB indicou a saída unificada da greve sem data; ADUFFPI indicou a continuidade da greve até a apresentação do PL com reavaliação da continuidade ou não da greve após esta avaliação; ADUFAC, ADUFLA, APRUMA, SINDUFAP, ADFCAP, ADUC e SINDEFEOA não informaram a sua posição ao CNG/ANDES-SN; enquanto que ADUFPA, ADUFMAT, ASPUV, SESDUFT, SINDCEFET-MG, ADUFF, ADOURADOS, SEDUFSM, ADUNB, ADUFU, ADUFOP, SINDCEFET-GO, ADUFEPE, ADUFAL, ADUA, SINDCEFET-OP, ADUR, ADUFS, ADUFCG, ADUFCG-Patos e ADUFMAT-ROO indicaram a continuidade da greve.

Interessa registrar aqui, que algumas seções sindicais indicaram a manutenção da greve, mas reconheceram a dificuldade para mantê-la por muito tempo a partir do anúncio pelo governo do envio de um Projeto de Lei para o Congresso, o que de fato ocorreu no dia 09/12/2005.

De outro lado, há que se considerar o protocolo do PL na Câmara dos Deputados e as dificuldades que se apresentam quanto a um embate prolongado no Congresso, em que a correlação de forças não nos favorece.

Neste quadro, avaliar a correlação de forças e os obstáculos institucionais que se apresentam é fundamental para as decisões soberanas das AGs que indicarão o rumo da nossa greve.

Face ao exposto, o CNG/ANDES-SN entende que é preciso que o Movimento Docente pondere sobre a correlação de forças e as perspectivas de avanço do Movimento, nessa atual conjuntura nas Assembleias Gerais, na próxima semana, para avaliar a pertinência ou não da continuidade da nossa greve.

FORTE
COMUNICADO ANDES-SN-Nº43, 12/12/05

Entrevista com a Presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto

Entrevista realizada por Stela Guedes Caputo e gentilmente cedida pelo Jornal da ADUFF.

Mais de 100 dias de greve dos professores das Universidades federais. Depois de apresentar três vezes a mesma proposta aos docentes, o Ministério da Educação encerrou as negociações, anunciou um Projeto de Lei (PL) e disse "lavar as mãos" para a solução do impasse. Os boatos sobre o fim da greve são muitos. Para falar sobre os próximos passos do movimento grevista, o mais acertado é ouvir a direção do movimento. Com a palavra, então, a professora Marina Barbosa Pinto, Presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).



Os boatos sobre o fim da greve são muitos. Para falar sobre os próximos passos do movimento grevista, o mais acertado é ouvir a direção do movimento. Com a palavra, então, a professora Marina Barbosa Pinto, Presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

Jornal da ADUFF - Qual o balanço feito pelo ANDES-SN sobre a greve das IFES?

Professora Marina Barbosa - É importante registrar que o processo ainda está em curso e, portanto, não é possível fazer um balanço acabado. Mais uma vez, o Movimento Docente - MD teve que ir à greve por não ter suas reivindicações atendidas. Esta greve é importante nesta conjuntura porque está demandando, mais uma vez, a política do governo para as universidades e sendo capaz de dialogar com a sociedade sobre o papel da universidade pública e também sobre as condições de trabalho e salário dos docentes. Esta greve possibilitou ao Movimento Docente levar o debate e sua pauta para o Congresso Nacional e reafirma, além da solidariedade entre os diversos segmentos em greve, os princípios que são a base de nossas reivindicações - a paridade e a isonomia. O MD não se curvou diante da complexidade da conjuntura, nem do pragmatismo que impera na ação sindical. Até o momento, não quebramos a lógica do governo de diferenciação entre trabalhadores, sejam os que estão na ativa e os que já se aposentaram, sejam os da carreira de 1º, 2º e 3º graus. Por outro lado, mantemos, apesar de tudo e de todos os que jogam contra, a firmeza dos princípios e a coerência das ações.

J.A - Qual é o impasse agora, neste momento, entre o governo e os grevistas?

Professora Marina Barbosa - O impasse atual é determinado pela intransigência do governo, que manteve por mais de três semanas a mesma proposta rejeitada por todas as assembleias gerais das seções sindicais em greve, e mais várias AGs das quais, mesmo não tendo aderido à paralisação, mantêm o processo de mobilização. Esta proposta distancia a situação salarial dos docentes da carreira de 1º e 2º graus dos de 3º e não viabiliza a paridade. O impasse reside nisso, pois esses itens, somados à recomposição do poder aquisitivo dos salários frente à inflação sem fortalecer as gratificações foram as prioridades votadas pelos docentes para a negociação com o governo. O governo não cedeu, mesmo diante das alternativas apresentadas pelo movimento quando flexibilizou sua proposta na Mesa. Não obstante a disposição, demonstrada pelos docentes, em facilitar as negociações, o governo rompe o diálogo e, pela ação autoritária, busca fazer valer sua proposta.

J.A - O governo anunciou um Projeto de Lei (PL) para acabar com a greve. O que o ANDES-SN está fazendo a respeito?

Professora Marina Barbosa - Neste momento, o que podemos afirmar é que o MEC anunciou um PL, transferindo a solução do conflito grevista para a esfera do parlamento. O Comando Nacional de Greve - CNG/ANDES-SN, pautado nas decisões das AGs, está agindo já no parlamento para tentar a abertura de negociações e também atuando em instâncias do Executivo como a Casa Civil, MPOG e à própria Presidência da República com a mesma intenção. Queremos interferir no PL antes de ele chegar ao parlamento e, se chegar, o movimento docente vai decidir como trabalhará nessa instância para assegurar suas reivindicações.

J.A - Esta é a segunda greve dos docentes durante o governo Lula. Como foi a postura do governo nas duas greves?

Professora Marina Barbosa - Em ambas, a postura do governo foi idêntica, como foi a mesma frente às greves de outros segmentos dos Servidores Públicos Federais: estabelece "conversas", discute teses adequadas à situação salarial, estuda conjuntamente números, concorda com as nossas propostas e assume a impossibilidade de atender às reivindicações. Diante da firmeza do movimento, rompe as "negociações" e remete a solução do conflito para outra instância; no ano passado, para o Executivo por Medida

Provisória e, neste ano, para o Congresso Nacional anunciando o PL. Demonstra, assim, na prática, sua incapacidade de resolver o conflito. Neste ano, o governo apresenta uma novidade que é alçar uma suposta entidade representativa de docentes das IFES à condição de representação sindical. Desrespeita com isso a OIT, a legislação sindical e o protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Usa essa estratégia para viabilizar sua proposta no movimento. Ao não conseguir cooptar o ANDES-SN e o movimento docente elege o PROIFES um braço sindical de sua ação no movimento para tentar derrotá-lo. Nem o MEC nem a sua entidade de carimbo estão sendo felizes nesse seu intento.

J.A - Muitos professores, alunos e pais de alunos criticam a greve. Acham que a educação pública não pode haver greve. O ANDES-SN pode dizer alguma coisa sobre isso?

Professora Marina Barbosa - A greve não é uma situação fácil ou agradável para ninguém, nem para o pai, nem para o aluno, nem para a sociedade e muito menos para o trabalhador que a faz. O direito de greve foi conquistado com muita luta pelos trabalhadores ao longo de anos, com mortes e penalizações. Os trabalhadores, na estrutura social que vivemos, até hoje, só tiveram atenção e atendimento de suas reivindicações com greves. Esta é uma alternativa que é imposta pelo patronato e pelos governos aos trabalhadores. O início do milênio, em diversas partes do mundo e do Brasil, confirmam isso. A estes que criticam, chamamos a uma reflexão sobre a existência da educação pública, que, isto é fato, se vincula àquelas lutas e greves.

J.A - Se houver a perda do semestre letivo como ficam os alunos?

Professora Marina Barbosa - A trajetória das nossas lutas nunca incluiu perda de semestre, o que sempre defendemos e fizemos é redefinição de calendário escolar, quando se dá a reposição integral e com qualidade. Os grevistas são os que asseguram essa condição. Portanto, nesta greve nós, até o momento, não mudamos nossa posição.

J.A - Como não permitir que a opinião pública fique contra os docentes em greve?

Professora Marina Barbosa - Nesta greve tivemos uma grande solidariedade de diversos setores da sociedade brasileira, desde os parlamentares (deputados federais e senadores), incluindo audiências com moções de apoio de diversas assembleias legislativas de muitos estados e municípios, sindicatos de setores privados e públicos, ABI, CNBB, entidades sindicais internacionais, alunos e pais. Os que se expressaram contrariamente foram os setores que se utilizam de um justo e legítimo instrumento de luta para defender seus interesses particulares ou de grupos privatistas. São as mesmas contradições que enfrentamos no dia-a-dia em que, sem greve, estamos lutando pela valorização da educação pública no país.

J.A - Que avaliação vocês fazem a respeito do comportamento da imprensa na cobertura da greve?

Professora Marina Barbosa - A imprensa só atenta para a greve quando esta se torna um fato político. Isso se comprova nesta greve, pois estamos na mídia. O governo tentou desqualificar o movimento grevista, desconsiderá-lo, mas a presença na mídia dá o tom e o peso da greve. As posições contra e a favor são constitutivas do processo. A democratização dos meios de comunicação é uma luta da sociedade na qual o ANDES-SN está inserido, e nesta greve temos buscado expressar nossas opiniões e posições ganhando espaço e enfrentando os reverses antidemocráticos que ainda persistem.

Estudante, você sabe por que os professores das Universidades públicas estão em greve?

Há mais de cem dias os professores das Universidades públicas federais estão em greve. Quais seriam as verdadeiras razões para que os docentes paralisassem suas atividades – pesquisa, ensino e extensão – por tanto tempo?

Nos últimos anos, os professores têm discutido, com seriedade, os rumos da Universidade pública e lutado para que ela permaneça sendo um referencial de ensino, pesquisa e extensão. Também têm se preocupado com os prejuízos causados à carreira e também com a perda do poder aquisitivo, ocasionada pelos baixos salários da categoria. Lembremos que no primeiro semestre deste ano, o governo federal anunciou um reajuste de 0,1% para todos os funcionários públicos – percentual que está longe de repor os prejuízos causados pela inflação.

A Universidade pública também tem sofrido com a não reposição de vagas decorrentes de aposentadorias dos professores e também dos servidores técnico-administrativos, assim como com a falta de investimentos federais em pesquisa e em infra-estrutura.

Este descaso do governo com a Universidade pública não é à toa. Ele reflete o interesse do Estado em não arcar com as despesas decorrentes do ensino público, atendendo as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, precisamos resistir e lutar contra a privatização das Universidades públicas e contra todas as medidas que ameaçam ao ensino gratuito de qualidade, como a Reforma Universitária, por exemplo.

Por estas razões, estamos em greve. Ao contrário do que tem sido divulgado na grande imprensa, não queremos causar danos aos estudantes. Somos uma das poucas categorias que, passado o período da greve, nos comprometemos com a reposição integral das aulas e do calendário letivo.

A grande mídia tem divulgado que somos intransigentes, ou seja, que não queremos negociar com o governo. Mas esta é uma versão distorcida dos fatos. A greve é, na verdade, consequência das atitudes do governo Lula, que há muito tem enrolado a classe trabalhadora. Para se ter uma idéia, o

governo anunciou, em junho de 2005, que estavam abertas as negociações com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que nos representa. Durante as chamadas “negociações”, o governo impôs o que quis, apesar da oposição do ANDES-SN, com efeitos financeiros a serem aplicados somente em 2006, apesar de estarmos lutando pela reposição inflacionária de 2005. Por isso, estamos em greve.

A nossa pauta de reivindicações – que inclui a incorporação das Gratificações existentes, que chegam a representar aproximadamente 65% dos nossos salários, e o reajuste de 18% para professores com qualquer titulação, assim como aposentados – foi apresentada ao governo no dia 6 de julho de 2005. Até 30 de agosto, data da deflagração da greve nacional, o MEC não havia se manifestado a respeito das reivindicações dos professores.

Somente após 35 dias de greve, o Ministério da Educação recebeu representantes do ANDES-SN para uma conversa. Em 14 de outubro, o MEC formalizou uma proposta que, com poucas alterações, permaneceu a mesma durante toda a greve. Esta proposta do MEC foi recusada pelas seções sindicais que integram o ANDES-SN, pois ela aumentava as diferenças salariais entre os professores de ensino fundamental, médio e superior, assim como entre profissionais em exercício e aposentados.

Com relação aos docentes do 1º e 2º graus, o MEC excluiu o ANDES-SN das negociações e firmou um acordo em separado com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), no dia 1º de dezembro passado. Nesse acordo, o SINASEFE se comprometeu a suspender a sua greve nacional, a partir do dia 2 de dezembro e o governo concedeu a promessa de reajuste linear de 12% no vencimento básico para 2006.

Ao longo das negociações, o ANDES-SN apresentou uma contraproposta ao governo, que a tratou com descaso e demorou a respondê-la. Quando o fez, o MEC reapresentou a mesma proposta que havia feito anteriormente, e que já havia sido rejeitada pelos professores.

E nesse contexto, entre inúmeras atitudes desleais, o governo rompeu a negociação com os professores, apresentando um Projeto de Lei ao Congresso Nacional, pelo qual ele determina o reajuste dos salários dos professores para os próximos anos, sem acenar com melhorias de infra-estrutura da Universidade – o que demonstra a falta de vontade do governo federal em negociar de forma adequada as reivindicações dos professores.

O Projeto de Lei (PL) contém propostas rejeitadas em três assembleias pelos professores. Uma delas é o reajuste nos salários, que será de 9% ao longo dos quatro anos de governo Lula, contra o solicitado pelos professores: aumento linear de 18% sobre o vencimento básico e incorporação das gratificações. Vejam bem que é somente em cima de uma gratificação por titulação e não sobre o montante do salário. Com esse aumento, o reajuste médio nos salários ao longo dos quatro anos de governo Lula será de 9%, segundo o Ministro, contra o solicitado pelos professores: aumento linear de 18% sobre o vencimento básico e incorporação das gratificações, somente para cobrir a inflação do período.

Observem que, de acordo com a tabela divulgada pelo MEC (A TABELA ESTÁ PUBLICADA NA PÁGINA 12 DESTA EDIÇÃO), muitos professores têm o vencimento abaixo do valor do salário mínimo: R\$300. Lembramos ainda que o salário docente é complementado pela GAE e GED, gratificações que podem ser retiradas a qualquer momento.

Tudo isso faz parte de um grande projeto de acabar com a universidade pública brasileira, responsável pela maioria esmagadora das pesquisas deste país.

Portanto, estas são as razões que nos levaram à greve e que a mídia de grande circulação não divulga, pois o que interessa ao governo é apenas jogar o movimento dos professores contra a opinião pública. Por isso, apresentamos nossa versão dos fatos, cientes de que a sociedade será capaz de julgá-la da melhor forma possível.

A universidade pública é um patrimônio da sociedade brasileira e, como tal, deve ser preservado. Por isso lutamos, e agora, na nossa luta, contamos também com você, nosso provável futuro aluno.

Vamos defender, juntos, a universidade pública brasileira!
ADUR-RJ

CALENDRÁRIO DE LUTAS DO ANDES-SN

17 e 18 de dezembro
4º Seminário Nacional sobre Política Agrária. Local: Universidade Federal de Uberlândia (MG)

17 de janeiro de 2006
Seminário Nacional: Políticas de cotas, ações afirmativas e a expansão do acesso à educação pública
Local: Brasília

5 a 10 de março de 2006
25º Congresso do ANDES-SN
Local: Cuiabá (MT)

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, R.J.
CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: ADIVALDO HENRQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENÍCIO GONÇALVS, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 M TB)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

